

**GÂNDAVO E A HISTORIA DA PROUINCIA SÃCTA CRUZ  
A QUE VULGARMETE CHAMAMOS BRASIL:  
ESTUDO DO LÉXICO E DAS MARCAS DE AUTORIA**

Rejane Centurion (UNEMAT, USP)  
[rejanecenturion@yahoo.com.br](mailto:rejanecenturion@yahoo.com.br)

**1. Introdução**

O presente artigo tem como objetivo apresentar a proposta de pesquisa que estamos desenvolvendo, em nível de doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, da Universidade de São Paulo (USP), cuja temática e objeto vêm a ser o cotejo do léxico e a investigação das marcas de autoria do sujeito Pero de Magalhães de Gândavo a partir da edição impressa de 1576 da obra *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil* e dos três manuscritos que a antecederam.

Para conhecermos as marcas autorais do sujeito Gândavo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: conhecer o histórico de elaboração da obra e a biografia do autor; relacionar a produção da obra ao seu contexto histórico; cotejar lexicalmente os três manuscritos e a versão impressa de 1576; analisar as cenografias mobilizadas pelo enunciador bem como o *ethos* discursivo; realizar um estudo do princípio de autoria, estabelecendo uma relação entre a filologia e a análise de discurso.

Trabalharemos com a premissa de que investigando as marcas de autoria deixadas nas quatro versões da obra (três manuscritos e a edição príncipe), pelo sujeito Gândavo, poderemos estabelecer uma importante relação entre a filologia e a análise de discurso, mobilizando a descrição do léxico e a interpretação da cena enunciativa. Como a autoria apresenta uma regularidade enunciativa, o discurso, junto à análise das cenografias mobilizadas, poderá ajudar-nos a compreender as marcas autorais.

Como estamos discutindo a proposta na condição de projeto, a seguir, apresentaremos a justificativa, uma breve discussão teórica e os pressupostos metodológicos da pesquisa.

## 2. *O interesse pela História e a justificativa da pesquisa*

A *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*<sup>131</sup> é considerada a primeira história sobre o Brasil, classificada pela historiografia literária como literatura de informação. Assim, seu estudo se justifica pela importância que tal obra representou na produção escrita do período colonial.

Segundo Spaggiari e Perugi (2004, p. 15), “Existem datas, ou acontecimentos, que constituem por si próprios um *discrímen* no ‘continuum’ de nossa história, porque marcam uma linha divisória entre um ‘antes’ e um ‘depois’”.

Consideramos, pois, o “achamento” do Brasil, pelos navegadores portugueses, um desses acontecimentos, já que o ocorrido, além de acarretar mudanças sociais e econômicas, fez surgir, em consequência, na nova terra, uma produção literária necessária, tendo como interlocutora, inicialmente e principalmente, a Coroa Portuguesa.

Tal obra, elaborada no século XVI, cuja autoria é destinada a um português, Pero de Magalhães de Gândavo, poderá mostrar o uso da norma estabelecida em Portugal, já que seu autor pertencera à classe social que teve acesso à instrução, servindo, assim, de exemplo de usuário da variedade da língua considerada padrão. Assim, o estudo da referida obra justifica-se por apresentar, entre outros aspectos, a oportunidade de conhecer e refletir acerca de um momento anterior da evolução da nossa língua.

Gostaríamos de esclarecer que tal reflexão se apresentará a partir dos fenômenos linguísticos oferecidos pelo documento e que os apontamentos que tentaremos apresentar poderão estar sujeitos a questionamentos, já que segundo Kane (*apud* SPAGGIARI & PERUGI, 2004, p. 69): “A tarefa [...] não consiste em formular provas absolutas, mas sim uma explicação plausível duma classe de fenômenos [...]”.

Há algumas edições que circulam sobre a obra em questão, entre as quais nem todas apresentam confiabilidade, principalmente as que circulam em *sites* de busca geral pela rede virtual de comunicação, sem indicação de fonte segura. Desta forma, ao utilizarmos-nos da edição príncipe e dos manuscritos que a antecederam, poderemos garantir confiabi-

---

<sup>131</sup> Daqui por diante, faremos referência à obra apenas como *Historia*.

lidade ao tornar acessível um estudo de uma das obras fundamentais elaboradas no período colonial do Brasil.

O estudo do aspecto lexical, definido como recorte, justifica-se por acreditarmos que no léxico está a riqueza “livre” da língua. Tal estudo será importante para a investigação acerca do processo de nomeação do colonizador frente ao novo mundo. Assim, fazer um cotejo lexical tomando como *corpora* textos do século XVI, servirá, inclusive, ainda que não seja o objetivo principal, para pensarmos na questão da inovação /conservação do léxico da língua.

A análise das cenografias mobilizadas e *ethos* do enunciador justificam-se, finalmente, no sentido de auxiliarem na investigação das marcas de autoria deixadas nos textos, pelo sujeito Gândavo. Como uma das preocupações da filologia versa acerca da última vontade do autor, acreditamos que pelo discurso podemos responder a algumas das questões da autoria. O estudo do *ethos* do sujeito enunciador poderá contribuir, ainda, para o conhecimento do perfil do escrevente dos primórdios da produção literária deste país. Estaremos, pois, disponibilizando à academia um estudo linguístico de *corpora* quinhentistas auxiliando-nos de conceitos da área discursiva.

### 3. *Discussão teórica*

Os estudos filológicos têm suas origens há mais de dois mil anos (CAMBRAIA, 2005). A crítica textual, especificamente, tem seu início a partir de fontes de natureza diversa (textos pagãos gregos e latinos, textos religiosos e textos em vernáculo), heterogeneidade esta que veio a constituir técnicas, sedimentar práticas, consolidar métodos e formar polêmicas. Destacamos seu primeiro grande momento no Ocidente, entre os séculos III e I a.C., época dos primeiros diretores da Biblioteca de Alexandria, período no qual estudiosos dedicaram-se especialmente à obra de Homero e à “constituição de um sistema de crítica baseado na utilização de sinais com a finalidade de explicitar seu julgamento quanto à genuinidade do texto” (CAMBRAIA, 2005, p. 38-9), impactando significativamente sobre a tradição dos textos gregos clássicos.

Atualmente, um trabalho de edição, por exemplo, se estabelece a partir de métodos mais rigorosos e diferentes tipos de edição, divididas em duas classes (CAMBRAIA, 2005). Se a edição se baseia em apenas um testemunho, denominamo-la monotestemunhal, para a qual temos

quatro tipos, diferenciados pelo grau de mediação realizada pelo editor: fac-similar; diplomática; semidiplomática; e interpretativa. Por outro lado, se a edição é baseada na comparação de dois ou mais testemunhos, a denominação passa a ser politestemunhal, para a qual dispomos de dois tipos: crítica e genética.

Não é objetivo nosso editar a *Historia*, haja vista haver um grande número de trabalhos nesse sentido. Por isso, acreditamos que um cotejo lexical seja mais relevante para os estudos acadêmicos, pelos argumentos apontados na seção anterior e pelo que segue.

De acordo com Hue (2004), Gândavo dedicou mais de dez anos de trabalho à produção da “História” sendo impressa em 1576 na oficina tipográfica de Antonio Gonçalves, em Lisboa. O processo de elaboração da obra conta com as seguintes versões:

1. *Tratado da província do Brasil*, dedicado à rainha d. Catarina (manuscrito arquivado no British Museum)
2. *Tratado da terra do Brasil*, dedicado ao cardeal infante d. Henrique (manuscrito arquivado na Biblioteca de Lisboa)
3. *História da província Santa Cruz*, dedicada a d. Leonis Pereira, com duas redações diferentes:
  - 3.1. manuscrito da Biblioteca do Mosteiro do Escorial/Espanha, com duas ilustrações em cores (o monstro marinho e um mapa do Brasil)
  - 3.2. versão impressa pela tipografia de Antônio Gonçalves/ edição ‘príncipe’/ 1576 (arquivada na Biblioteca de Lisboa)

A proposta, então, será a de reunir as quatro versões e realizar um cotejo lexical de forma a investigar as marcas de autoria de Gândavo. A seguir, apresentaremos um resumo do levantamento que fizemos na estrutura organizacional das versões dois e três.

A versão dois é um texto manuscrito<sup>132</sup>, intitulado *Tractado da terra do Brasil no qual se cõ tem a informação das cousas que há nestas partes feito por Pº de Magalhães*, com a finalidade de enviar informações/impressões sobre a “nova” terra à Coroa Portuguesa, e dedicado

---

<sup>132</sup> Disponível em: <[http://purl.pt/211/3/cod-552\\_PDF/cod-552\\_PDF\\_24-C-R0300/cod-552\\_0000\\_1-47\\_t24-C-R0300.pdf](http://purl.pt/211/3/cod-552_PDF/cod-552_PDF_24-C-R0300/cod-552_0000_1-47_t24-C-R0300.pdf)>.

“Ao muy alto e sereníssimo Príncipe dom Anrique Cardeal Iffante de Portugal”. Seu autor envia a descrição, dividida em duas partes, destacando capitánias, índios, fazendas, costumes, qualidades, mantimentos, animais, frutas, entre outros, estando organizada da seguinte forma:

Tractado da terra do Brasil no qual se cõ tem a informação das cousas que há nestas partes feito por P<sup>o</sup> de Magalhães

– Dedicatória

– Prollogo ao lector

– Declaração da Costa

Cap. 1. da Capitania de Tamaracá

Cap. 2. da Capitania de Pherñabuco

Cap. 3. da Capitania da Bahya de Todollos Sanctos

Cap. 4. da Capitania dos Ilheos

Cap. 5. dua nascão de gentio q se acha nesta capitania

Cap. 6. da Capitania de Porto Seguro

Cap. 7. da Capitania do Spirito Sancto

Cap. 8. da Capitania do Rio de Janeiro

Cap. 9. da Capitania de San Viçente

Tractado segundo das cousas que são gerais por toda Costa do Brasil

Cap. 1. das fazendas da terra

Cap. 2. dos Custumes da terra

Cap. 3. das callidades da terra

Cap. 4. dos mantimentos da terra

Cap. 5. da Caça da terra

Cap. 6. das Frutas da terra

Cap. 7. da Condição e Custumes dos índios da terra

Cap. 8. dos bichos da terra

Cap. 9. da terra q certos homes da capitania de Porto Seguro forão a descobrir, e do q acharão nella

A versão três (*Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*), por sua vez, apresenta duas redações diferentes: um manuscrito, arquivado na Espanha, e a primeira edição impressa (*editio*

*princeps*), arquivada em Portugal. Esta última<sup>133</sup> é datada de 1576, e, assim como a versão manuscrita, é dedicada a d. Leonis Pereira. No processo de reformulação textual, o autor retira o que parece duvidoso, mas acrescenta também informações, como o capítulo sobre o descobrimento da nova terra, estando a obra organizada da seguinte forma:

Aprovação

Tercetos de Luis de Camões a D. Lionis, sobre o livro

Tercetos de Luis de Camões a D. Lionis, sobre a vitória em Malaca

Dedicatória

Prologo ao lector

**Capit. Primeiro**, De como se descobriu esta prouíncia, e a razam porque se deve chamar Sancta Cruz, e nam Brasil

**Capit. 2**. Em que se descreve o sitio e qualidades desta prouincia

**Capítulo 3**. Das capitánias e pouoações de Portugueses que ha nesta prouincia (Tamaracá; Parambuco; Bahia de todos os Sanctos; Ilheos; Porto Seguro; Spirito Sancto; Rio de laneiro; Sam Vicente)

**Capítulo 4**. Da gouernança que os moradores destas capitánias tem nestas partes, e a maneira de como se hão em seu modo de viuer.

**Capit. 5**. Das plantas, mantimentos, e frutas que ha nesta prouincia

**Capit. 6**. Dos animaes e bichos venenosos que ha nesta prouincia.

**Capitulo 7**. Das aves que ha nesta prouincia.

**Capitulo 8**. De algus peixes notaveis, baleas e âmbar que há nestas partes.

**Capit. 9**. Do monstro marinho que se matou na capitania de Sam Vicente no anno de 1564.

**Capit. 10**. Do gentio que há nesta prouincia, da condiçam e costumes delle, e de como se gouernam na paz.

**Capitu. 11**. Das guerras que tem hus com outros e a maneira de como se hão nellas.

**Capitulo 12**. Da morte que dam aos cativos e crueldades que usam com elles.

**Capitulo 13**. Do fruto que fazem nestas partes os Padres da Companhia com sua doctrina.

**Capitulo 14**. Das grandes riquezas que se esperam da terra do sertam.

---

<sup>133</sup> Disponível em: <[http://purl.pt/121/3/res-365-p\\_PDF/res-365-p\\_PDF\\_08-G-R0072/res-365-p\\_0000\\_rosto-48\\_t08-G-R0072.pdf](http://purl.pt/121/3/res-365-p_PDF/res-365-p_PDF_08-G-R0072/res-365-p_0000_rosto-48_t08-G-R0072.pdf)>.

A obra traz um conteúdo riquíssimo, deixando entrever muitas possibilidades de recortes de investigação. A propósito, a respeito das referências aos índios (“o gentio”), sobre os quais há uma grande quantidade de páginas dispensadas, é necessário ilustrar a obra como um instrumento/mecanismo de apagamento de sua voz, visto que quem enuncia é sempre o “explorador”, não se importando este com as impressões que aquele fazia do “invasor português”.

Talvez aqui se encontre um dos aspectos de maior exclusão presente na colonização linguística, pois frente à construção desses dizeres não há um “direito linguístico de resposta”: os índios não podem nem contestar a interpretação portuguesa, uma vez que não sabem o que está sendo dito sobre eles, nem têm como deixar na memória sua interpretação sobre esse desconhecido português, já que sua língua não tem escrita (MARIANI, 2004, p. 29).

As primeiras produções escritas funcionaram, assim, como inauguradoras do silenciamento indígena, o que foi institucionalizado no século XVIII, com a publicação do *Directorio dos Índios*, por Marquês de Pombal. Dessa forma, um tipo de produção escrita se inicia na “nova” terra, juntamente a um discurso colonial, como destacamos num trecho do *Tractado*:

E huã das cousas porq o Brasil não florece muito mais, he pellos escravos que se allevantarão e fogirão pera suas terras, e fogem cada dia: E se estes índios não forão tam fogitivos e mudáveis, não tevera comparação a Riqueza do Brasil (GÂNDAVO, ms2, p. 18).

Percebemos que o colonizador responsabiliza o índio pelo não crescimento da colônia. Assim, desenvolver um estudo a partir do cotejo de textos do século XVI, como estamos propondo, será uma forma de retratar a sociedade brasileira do referido século, e tentar compreender aspectos culturais e sociais da atualidade relacionados ao da época descrita na *Historia*. Segundo Santiago-Almeida (2007, p. 132):

(...) através de textos manuscritos e impressos de natureza variada, podemos trazer, para o presente, elementos da nossa história social em determinado momento passado e, no seu interior, rememorar nosso itinerário cultural e linguístico. Memórias capazes de desvendar o que, numa leitura apressada, pode parecer inteligível para muitos de nós, podendo também possibilitar a (re)interpretação de conceitos e preceitos que nos são ditados às vezes como dogmas ou verdades absolutas. No mínimo, as memórias registradas nesses textos nos fazem interrogar os tais ditos dogmáticos.

O trabalho funciona, portanto, como uma oportunidade para adentrar momentos diferentes da sociedade brasileira, do uso da língua, de “descobrir” fenômenos linguísticos reveladores de uma época determinada, interpretá-los e torná-los conhecidos da comunidade acadêmica, bem

como conhecer “detalhes” não “contados” pelos livros da dita história geral brasileira e da historiografia literária, o que vai ao encontro das afirmações de Melo (1952 *apud* CAMBRAIA, 2005, p. 34), para quem o único e verdadeiro caminho do filólogo é conhecer a língua diretamente, pelos seus documentos e monumentos, o que demanda uma vida inteira de devoção.

Destacamos as funções da filologia, a partir de Spina (*apud* SANTIAGO-ALMEIDA, 2009), sendo a substantiva, a adjetiva e a transcendente. Relacionando-as ao nosso *corpus*, podemos afirmar que, apesar de não mobilizarmos a atividade principal da função substantiva, que é a restituição do texto à sua forma genuína para publicação, nos concentraremos no texto escrito para explicá-lo lexicalmente, destacando assim, o caráter filológico da pesquisa; já a função adjetiva será mobilizada à medida que procurarmos deduzir informações as quais não estejam presentes na obra, relacionadas às etapas da investigação literária; finalmente, a partir da função transcendente, o material de análise deixará de ser tomado apenas como um fim filológico para permitir uma reconstituição da vida da sociedade brasileira do século XVI, estabelecendo, de acordo com nosso recorte, um diálogo com a discursividade subjacente ao texto.

Uma das preocupações da filologia versa acerca da última vontade do autor e nem sempre os estudos conseguem chegar a tal certeza. Dessa forma, acreditamos que investigar as marcas de autoria deixadas no texto auxiliando-nos de conceitos da análise de discurso, pode nos ajudar a responder muitas questões relacionadas ao princípio de autoria.

Para o estudo da discursividade, analisaremos a cena de enunciação (a qual integra três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia) e mobilizaremos o conceito de *ethos*. Este, apesar de pertencer à tradição retórica, será abordado a partir da análise do discurso, com fundamentação em Dominique Maingueneau. O *ethos*, sob esta perspectiva, liga-se à enunciação, e não a um saber extradiscursivo sobre o enunciador. Tem, dessa forma, uma ligação crucial com a reflexividade enunciativa, implicando uma ligação entre corpo e discurso. Envolve a enunciação sem ser explicitado no enunciado. Não é dito, mas mostrado. Segundo Barthes (*apud* MAINGUENEAU, 2005, p. 70), “são os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão. (...) O orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, ele diz: eu sou isto, eu não sou aquilo”.

O sujeito enunciador efetua em seu discurso uma apresentação de si. Citamos Amossy (2005, p. 09), para quem “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si”. Sua imagem (*ethos*) é construída de tal forma que cause impacto e suscite a adesão de seu ouvinte. E como, de acordo com Maingueneau (2005, p. 73), “O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um coenunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um certo universo de sentido”, acreditamos que ao enunciar, o sujeito constrói, ao mesmo tempo, a imagem/*ethos* de seu ouvinte.

Em relação ao nosso objeto de pesquisa, podemos afirmar, inicialmente, que seu enunciador, ao destinar o texto à Coroa Portuguesa e dedicá-lo ao príncipe “dom Anrique” (conforme o manuscrito dois), constrói o *ethos* de alguém legitimado e digno de direcionar um tratado de realza, não sendo um vassalo qualquer, e ainda o de conhecedor da nova terra à medida que a descreve (maravilhado) tentando incentivar a vinda de portugueses que vivem em pobreza, destacando que “a mesma terra he tam natural e favoravel aos estranhos que a todos agazalha e convida com remedio por pobres e desamparados que seião” (GÂNDAVO, p. 3). Assim, a construção do *ethos* possibilita e favorece um discurso de incentivo/apelo a portugueses que possam se aventurar à nova terra, enunciando em favor da Coroa, já que é do interesse desta colonizar para assegurar o território.

Para Maingueneau (2005), o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes que ele fale – é o *ethos* pré-discursivo. Apesar de, segundo este autor, haver muitas circunstâncias em que isso não aconteça, acreditamos que representações prévias do *ethos* de Gândavo são construídas pelos seus leitores (atemporais), estando estas relacionadas à sua procedência, grau de instrução, filiação ideológica, função na expedição à América, entre outras.

Maingueneau (2005, p. 72) vê no sujeito enunciador o papel de fiador, “cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens”. Tal fiador, por meio de um tom (vocalidade específica que indica quem o disse, constitutiva tanto do discurso oral quanto do escrito), se investe de um caráter (traços psicológicos) e de uma corporalidade (compleição corporal, forma de vestir-se e mover-se no espaço social):

O *ethos* implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou des-

valorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar.

Assim, o poder de persuasão do discurso do enunciador vai decorrer do fato de “levar o leitor” a identificar-se com ele – “um corpo investido de valores historicamente especificados” – devendo sua fala ser compatível com o mundo que se supõe fazer parte. É constitutivo, portanto, do *ethos*, que o fiador legitime sua maneira de dizer a partir de seu próprio enunciado: “Por sua própria maneira de se enunciar, o discurso mostra uma regulação eufórica do sujeito que o sustenta e do leitor que ele pretende ter” (MAINGUENEAU, 2005, p. 91).

Nossa proposta, portanto, é a de apresentar à comunidade acadêmica um trabalho multidisciplinar, a partir do qual o objeto poderá ser analisado a partir de dois enfoques: o da filologia (principalmente) e o da análise de discurso de orientação francesa (como auxiliar junto às questões filológicas). Para tal, fundamentaremos a pesquisa com textos referentes à filologia e análise do discurso, especificamente, obras que tratem de cotejo de textos, léxico, *ethos* discursivo, cena de enunciação e história do Brasil colonial.

#### **4. Procedimentos metodológicos**

Nossa pesquisa será bibliográfica, cuja primeira tarefa será a de verificar o histórico de elaboração da *Historia*, a biografia de Pero de Magalhães de Gândavo, bem como realizar uma investigação do contexto histórico do período de produção do documento, preparando, assim, o primeiro capítulo da tese. Procederemos, a seguir, ao cotejo lexical das quatro versões da obra (edição príncipe e os três manuscritos que a antecederam). Para tal, utilizaremos o programa de estatística textual “Léxico 3”. Apresentaremos o estudo lexical no capítulo dois, assim como comentários prévios sobre marcas de autoria. No terceiro capítulo, analisaremos o *ethos* do enunciador e as cenografias mobilizadas. Estabeleceremos, finalmente, no quarto capítulo, uma relação entre a filologia e a análise de discurso (tentando caracterizar a tese como um trabalho multidisciplinar), de forma a compreender as marcas deixadas pelo sujeito Gândavo, versando, pois, sobre o princípio de autoria. Por fim, prepararemos o texto para submissão à banca de qualificação, e, a seguir, procuraremos preparar nova versão a partir das orientações recebidas para apresentá-lo à banca de defesa.

## 5. Considerações finais

O trabalho com textos elaborados em períodos diferentes do contemporâneo oportuniza a volta a uma sociedade com valores e hábitos diferentes e, particularmente, com usos diferentes de uma língua. No nosso caso, um texto escrito no século XVI pode nos mostrar: um estágio anterior de uso do português; a escolha vocabular por um português para nomear o “novo”; o perfil do escrevente do início da produção escrita no Brasil; características paleográficas na escrita do século XVI; as cenografias mobilizadas pelo enunciador do texto; entre outros. Assim, consideramos relevante o estudo da obra *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães de Gândavo, em função da importância que representa junto aos textos escritos no período colonial brasileiro. Como afirma Bosí (2003, p. 13):

[...] a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país. É graças a essas tomadas diretas da paisagem, do índio e dos grupos sociais nascentes, que captamos as condições primitivas de uma cultura que só mais tarde poderia contar com o fenômeno da palavra-arte.

Acreditamos que investigar o princípio de autoria, auxiliados pela análise da(s) cena(s) enunciativa(s), possa oferecer significativas respostas à filologia, e como nosso trabalho se encontra na condição de projeto, ao socializá-lo no evento e receber contribuições, poderemos analisá-las e fazer as alterações necessárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tractado da terra do Brasil no qual se cõ tem a informação das cousas que há nestas partes feito por P<sup>o</sup> de Magalhães* (ms). Disponível em: <[http://purl.pt/211/3/cod-552\\_PDF/cod-552\\_PDF\\_24-C-R0300/cod-552\\_0000\\_1-47\\_t24-C-R0300.pdf](http://purl.pt/211/3/cod-552_PDF/cod-552_PDF_24-C-R0300/cod-552_0000_1-47_t24-C-R0300.pdf)>. Acesso em: jan.2012.

\_\_\_\_\_. *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*. Disponível em: <[http://purl.pt/121/3/res-365-p\\_PDF/res-365-p\\_PDF\\_08-G-R0072/res-365-p\\_0000\\_rosto-48\\_t08-G-R0072.pdf](http://purl.pt/121/3/res-365-p_PDF/res-365-p_PDF_08-G-R0072/res-365-p_0000_rosto-48_t08-G-R0072.pdf)>. Acesso em: mar.2012

HUE, Sheila Moura. Introdução: Peripécias de um livro. In: GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* [Modernização do texto original de 1576 e notas, Sheila Moura Hue, Ronaldo Menegaz; revisão das notas botânicas e zoológicas, Ângelo Augusto dos Anjos; prefácio, Cleonice Berardinelli]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69-92.

MARIANI, Bethania. *Colonização linguística*. Campinas: Pontes, 2004.

SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. Fontes manuscritas e impressas: reflexos da nossa base cultural e linguística. In: DIAS, Marieta Prata de Lima (Org.). *Língua e literatura: discurso pedagógico*. São Paulo: Ensino Profissional, 2007.

\_\_\_\_\_. Os manuscritos e impressos antigos: a via filológica. In: CONDÉ, Valéria Gil *et alii*. *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-234.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.